

Comida e moradia terão US\$ 1,7 bi

O governo pretende investir US\$ 1,7 bilhão de recursos externos em 1993 em programas sociais que ampliem o acesso da população carente a alimentação e moradia. O ministro do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad, disse ontem que a principal meta do governo é melhorar a qualidade de vida da população durante os dois anos até a conclusão do mandato do presidente Itamar Franco.

O plano do governo prevê modificações profundas nos programas já existentes de merenda escolar, distribuição de alimentos, habitação e saneamento básico, tornando-os descentralizados, o que implicará maior mobilização social em torno destas atividades já em 1993, segundo Haddad. Na área de alimentação, o presidente Itamar Franco espera negociar acordo com a agroindústria para reduzir o custo de alimentos da cesta básica e quer ampliar a distribuição de alimentos essenciais através da rede Somar, coordenada pelo Ministério da Agricultura.

Caberá a esse Ministério ampliar a distribuição para 600 milhões de famílias já em janeiro, contra 300 mil famílias atendidas em dezembro. A meta fixada pelo governo é a de atingir no final do ano dois milhões de famílias. A rede Somar distribui alimentos a atacadistas, de forma que eles cheguem ao consumidor final com um custo entre 30% e 40% inferior ao do mercado.

Não está nos planos de Itamar Franco recriar o programa de distribuição do leite, através de tiquetes. Segundo Haddad, este programa não tem a simpatia do Presidente e nem é recomendado pelos técnicos do Instituto de Pesquisas Eco-

nômicas Aplicadas (Ipea). O leite pode ser introduzido como item da merenda escolar que, com a política descentralizada, deve ganhar aspectos regionais (conforme hábitos alimentares de cada local) e valorizar a produção agrícola regional.

Como a merenda, os programas de habitação e saneamento básico também serão descentralizados, embora coordenados pelo Governo Federal. Estes programas vão ganhar a participação comunitária, mas serão controlados por auditorias permanentes do governo, que pretende assim impedir o desvio de recursos públicos. "O dinheiro não ficará solto no ar", garantiu Paulo Haddad, para quem a merenda é um dos maiores focos de corrupção.

Entre as principais metas sociais do governo Itamar, está a produção de dois milhões de novos empregos por ano, totalizando quatro milhões até o final de 1994, quando também termina a gestão de Itamar Franco. Parte destes empregos será criada diretamente pelo governo, em projetos como recuperação de estradas, construção de moradias populares. Mas também a iniciativa privada, segundo o ministro, deve colaborar para elevar o nível de emprego, que representa hoje 5% da população economicamente ativa. Somente nas grandes cidades há oito milhões de pessoas desempregadas, afirmou Haddad.

Os projetos de recuperação da malha rodoviária, considerados essenciais para melhorar a infraestrutura, terão US\$ 2,5 bilhões por ano. A prioridade será para as rotas da colheita, a fim de garantir o escoamento da produção agrícola. Já os programas habitacionais vão dispor, em 1993, de US\$ 1,5 bi-

lhão. O governo quer construir casas em regime de mutirão, com a colaboração de governos estaduais e prefeituras. Nestes programas, o governo conta com a destinação de 20% da arrecadação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) para habitação, uma introdução feita pelo Congresso à proposta original do ajuste fiscal com a qual o governo não concordou inicialmente.

Na área privada, o governo está apostando na geração de empregos particularmente através de acordos setoriais com agroindústria e indústria automobilística para melhorar produção, produtividade e qualidade, além de custo. Com a agroindústria, o governo apenas começou a conversar e ainda não tem uma proposta fechada. A idéia é aplicar incentivos e cobrar redução dos custos dos alimentos básicos.

Com a indústria automobilística, já há um acerto preliminar para que a prioridade seja produzir carros modelos de carros populares, especialmente caminhões, ônibus e tratores. Esta é uma recomendação do presidente Itamar Franco, que quer veículos com motores de boa qualidade, mas com baixa cilindrada e sem itens sofisticados. Trimestralmente, o governo vai cobrar desempenho dos setores com os quais firmar acordos.

Para garantir a retomada do crescimento econômico, o governo fixou seis metas. Entre elas, gastar menos em programas sociais que dêem mais resultados, os acordos setoriais, negociações transparentes com credores externos com aval do Congresso Nacional, redução das taxas de juros, aprovação do ajuste fiscal e a abertura do mercado para novos investimentos estrangeiros.